

ASPECTOS SOCIAL-AMBIENTAL DA MICRO-BACIA HIDROGRÁFICA DOS FREITAS

Gercina Maria dos Santos¹ Luiz Carlos de Oliveira², Mario Valério Filho³

^{1, 2, 3} – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IP&D – Universidade do Vale da Paraíba.
Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP - Brasil
E-mail: GercinaSantos@zipmail.com.Br, E-mail: lucaol@uol.com.br, E-mail: mvalerio@univap.br.

RESUMO: A bacia hidrográfica é um sistema ambiental complexo, resultante das inter-relações entre os subsistemas naturais e socioeconômicos. A compatibilidade entre as dinâmicas destes subsistemas – de modo a conciliar qualidade de vida e respeito aos limites e potencialidades do meio – é a meta de um processo sustentável de desenvolvimento urbano. O objetivo desta pesquisa foi caracterizar as condições habitacionais clandestinas e a exclusão social dos moradores, evidenciando a segregação da localidade, em relação às demais áreas do município, evidenciando as diferenças sócio-ambiental da micro-bacia hidrográfica do Córrego dos Freitas. A área apresenta características físicas bastante peculiares, com severas restrições de ocupação urbana, como relevo acidentado, constituído de serras e morros com topos arredondados, rampas de encostas curtas, vales fechados assimétricos com planícies aluviais e predomínio de declividades entre 20 e 40%. Uma rede vicinal extensa que interliga a zona central do município ao sul de Minas Gerais, atividades agrícolas incipientes do ponto de vista econômico, além de uma ocupação urbana iniciada na década de 60, intensificando posteriormente. PMSJC (1995).

Palavras-Chave: Sociedade, Problemas Ambientais, Desigualdade Sócio-Espacial.

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução:

A área de estudo possui os terrenos drenados pelo Córrego dos Freitas, uma micro bacia localizada na região norte do município de São José dos Campos, limitada pelas coordenadas geográficas: “23°5’29” e “23° 7’34” de latitude Sul a “46°2’4” e “46°4’52” de longitude oeste, sua altitude varia de 758 metros á 560 metros, apresentando cerca 8.420 km². Tal opção ocorreu devido ao fato de que este local tem sofrido cada vez mais conflitos ambientais e interesses nos usos da terra, constatando-se na área atualmente um processo de ocupação em ritmo acelerado, resultando num mosaico bastante diversificado. Esse crescimento vem ocorrendo à custa de uma progressiva alteração do meio físico, e do declínio da qualidade de vida da população ocupante.

Em muitos pontos da área de estudo durante as observações de campo, registraram-se inúmeros casos de sua problemática ambiental gerados pela ocupação inadequada do espaço. Para colher dados a respeito dessa ocupação sobre a bacia hidrográfica dos Freitas, a aplicação dos questionários é necessária como lembra Mendonça (1999), apud Araújo, (2004): “Parte considerável dos dados sócio-econômicos para a análise das bacias hidrográficas, não está circunscrita à delimitação geográfica das mesmas, (...). Entre os itens considerados importantes, estão os de demografia, escolaridade, emprego, saneamento básico, entre outros”.

Os bairros Mirante do Buquiritinha e o Freitas (inseridos na micro-bacia) surgiram em um período de crise política desfavorável á

agricultura e a pecuária no Vale, o que levou muitos proprietários de fazenda ao desmembramento e venda de suas terras. Muitos dos novos proprietários acabaram por dividi-las com parentes ou vender parte das glebas, o que acabou por formar pequenos loteamentos, caracterizando-se como clandestinos, por não atender a lei de parcelamento do solo. Os bairros cresceram de modo desordenado, sem um traçado regular de ruas, entrecortado por morros.

Segundo Chaffun: (1997). “A falta de alternativas de residências populares e de lotes urbanos á preços acessíveis à população de baixa renda, forçou e força grupos mais pobres a ocupar ilegalmente espaços impróprios como beiras de rios, áreas de proteção de mananciais. Isso ocorre devido à descontinuidade das ações do governo, a redução dos investimentos habitacionais, a fragilidade ou ausência das políticas urbanas, fundiária e habitacional, e a postergação do processo legislativo necessário, e a falta de aprimoramento dos instrumentos de intervenção urbana. Contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdade”.

Materiais e Métodos

Foram aplicados 290 questionários, num total de 12 questões para realizar-se um diagnóstico sócio ambiental da área, que possui em torno de 2700 pessoas, 684 domicílios ocupados, Censo 2000 (PMSJC). Um levantamento completo é inviável, senão impossível, devido á restrição de custo, tempo, materiais, mão – de – obra entre outros..., o que levou a adotar a amostragem probabilística como solução, que caracteriza por

privilegiar a aleatoriedade do elemento chance na escolha das unidades amostrais; assim, a entrevista foi feita a cada seis casas, ou seja, fazia-se uma entrevista em uma casa e a próxima a ser entrevistada era a sétima após a que estaria sendo entrevistada.

Terminadas as entrevistas quantificou-se os dados coletados em tabelas e para representar-se visualmente as respostas obtidas, as tabelas foram transformadas em gráficos, utilizando-se microcomputador Windows XP, programa Microsoft Word. Optou-se pela utilização de gráficos em forma de pizza, pois com estes até mesmas questões de múltiplas escolhas seriam bem representadas, no entanto, para uma maior visualização confeccionou-se gráficos de barras figuras (1 e 9). Paralelamente aos trabalhos, foram levantadas informações e bibliografia pertinentes ao assunto em questão.

Resultados

O primeiro item a ser abordado no questionário respondido pelos moradores, foi quanto à condição de posse e uso de sua residência. Na figura – 1 verifica-se que as residências de alvenaria, apresentam-se como predominantes, há um comércio precário, mas é pouco significativo para a população. A maioria das pessoas que residem na área, possuem casa própria, outras são cedidas por parentes ou amigos, (8.9%) e (14%) são alugadas.

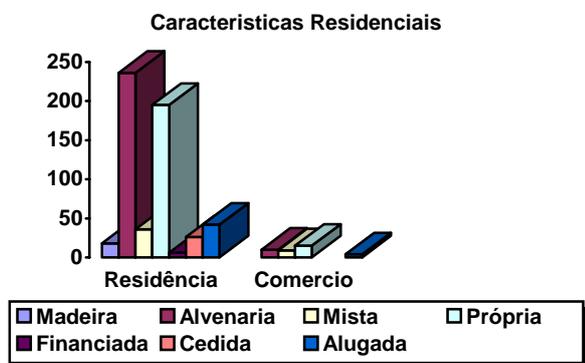


Figura: – 1 Fonte: – Pesquisa de Campo, 2006.

Referente ao material de construção das casas (6,2%) é de madeiras, de alvenaria são (81.3%), (12,5%) são mistas, mas esses dados não ilustram bem a situação financeira das famílias que aí vivem. Um fator que impede a relação existente entre o material que é feito à residência e a condição social de seus moradores, é o fato de que uma moradia por ser edificada não quer dizer exatamente que ela seja construída com produto de baixo preço, assim, as casas variam muito de tamanho e muitas não se

encontram terminadas, já que a etapa de acabamento das casas nem sempre é feita.

Figura – 2 referem-se à renda familiar, a situação encontrada foi a seguinte: até um salário mínimo (9%); a renda familiar da população em sua maioria (51%) varia em torno de um a três salários mínimos. Entre quatro a seis salários mínimos (21%); de sete a dez salários (8%), acima de onze salários (7%) e não desejaram responder (4%). Existem famílias numerosas, onde todos/quase todos trabalham/executam alguma função para ajudar no orçamento doméstico.

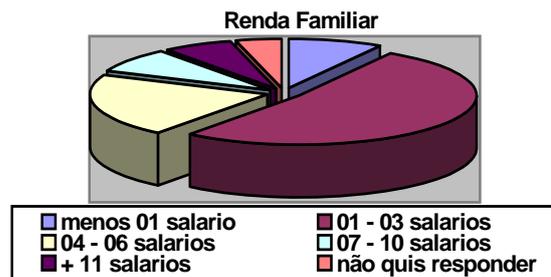


Figura: – 02 Fontes: – Pesquisa de Campo, 2006.

O numero de indivíduos que trabalham varia bastante, de acordo com a figura – 03 (75%) de uma a três pessoas são responsáveis pela renda, enquanto (12%) correspondem de quatro a seis pessoas que trabalham, de sete a dez pessoas (3%) são responsáveis pelo sustento da casa e (1%) possuem mais de onze pessoas trabalhando para contribuir com a renda familiar e (9%) dos entrevistados disseram que não trabalham, vivendo de aposentadorias, ajuda de algum parente ou do governo.

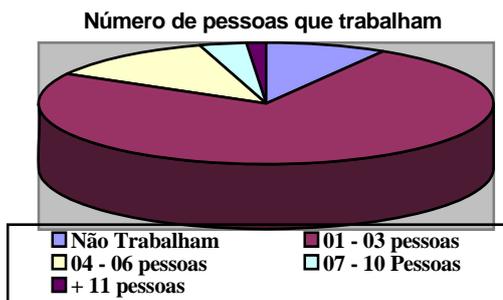


Figura: – 03 Fonte: – Pesquisa de Campo, 2006.

Figura 04 - refere-se ao tamanho da família, porém, não indica necessariamente que residam no local, ou que efetivamente seja dependente, da renda indicada na figura dois. O número de filhos por família, ficou assim: (57%) possuem de um a três filhos, entre quatro a seis filhos (28%), de sete a dez (7%), com mais de 10 filhos (2%) e famílias sem filhos (6%). Percebe-se que quanto maior o nível educacional dos pais, menor o número de filhos, enquanto casais sem ou com pouco estudo, possuem um numero maior de filhos, continuando a reprodução da pobreza, pois

os pais esperam que os filhos cresçam para poderem trabalhar e ajudar nas despesas de casa, muitos almejam que os filhos estudem desde que também trabalhem.



Figura: - 04 Fonte: - Pesquisa de Campo, 2006.

Na figura - 5, a questão abordada foi quanto à escolaridade dos responsáveis pela moradia.

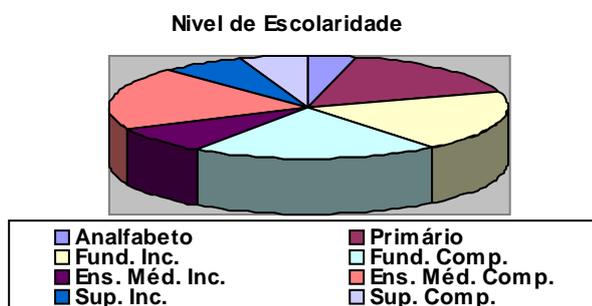


Figura: - 5 Fonte: - Pesquisa de Campo, 2006.

Constatou-se que (4%) em idade de 55 anos e acima de 65 anos são analfabetos, (17%) possuem o primário, (19%) o ensino fundamental incompleto/completo. A maior representação por parte da população que tem o primeiro grau incompleto/ completo ocorre pelo fato das pessoas começarem a trabalhar muito jovem, e mesmo aqueles que não podiam trabalhar acompanhavam os pais ou tinham que cuidar de trabalhos domésticos. Com o ensino médio incompleto (9%) e ensino médio completo (19%). Enquanto os que possuem curso superior incompleto correspondem a (7%) e os que concluíram o superior (6%).

Figura - 06 se procurou identificar o tamanho das famílias que habitam a área.

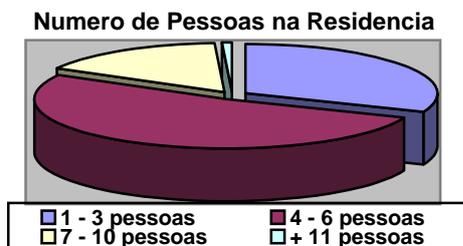


Figura: 6 - Fonte Pesquisa de Campo, 2006.

As famílias são constituídas, (52%), de quatro a seis pessoas, e as formadas por até três

pessoas, correspondem a (31%), e em torno de sete a dez pessoas (16%), e (1%) possui família com mais de onze pessoas.

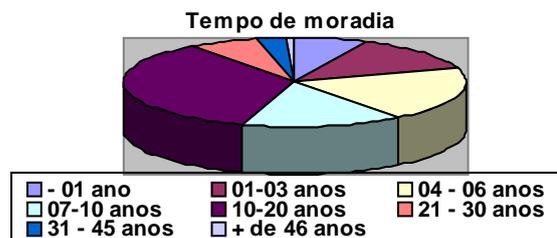


Figura: - 7 Fonte: - Pesquisa de Campo, 2006.

Conforme figura 07, as famílias vieram habitar este espaço em períodos muito distintos, as que estão vivendo no local há pouco tempo, inferior a um ano, corresponde a (7%), de um a três anos (13%), entre quatro á seis anos (20%), de sete a dez anos (15%), destaca-se na pesquisa as pessoas que moram na área entre dez a vinte anos (35%), entre 21 e 30 anos (6%), respectivamente (3%) de 31 á 45 anos e (1%) para mais de 46 anos.

A Figura - 08 indica as possíveis migrações para o município, lembrando a origem do entrevistado. Os habitantes são procedentes, sobretudo, da região sudeste (81%), destacando-se na pesquisa a Cidade de São Paulo, São Jose dos Campos e o Estado de Minas Gerais, (7%) vieram da região sul, principalmente do estado do Paraná, (8%) da região nordeste, em busca de melhores condições de vida, (2%) das regiões norte e centro-oeste do Brasil. Uma grande maioria dos entrevistados já vivia em outra região de São José dos Campos, buscando na área de estudo, terrenos a preços mais acessíveis ou evitando áreas de maior violência ou poluição.

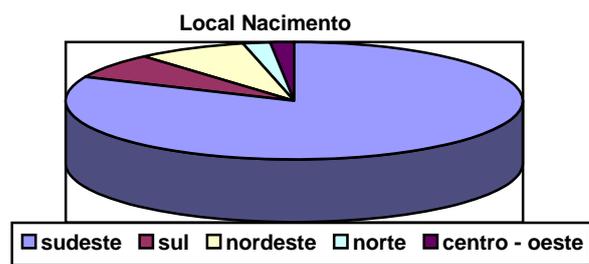


Figura: - 8 Fonte: - Pesquisa de Campo, 2006.

A partir desses dados pode-se concluir que muitos que vieram para a área de estudo estavam em busca de melhores oportunidades de vida. A falta de emprego, de infra-estrutura urbana e a precariedade dos serviços públicos, muitas vezes fazem com que as famílias tracem planos para abandonar o lugar onde vivem devido às dificuldades em se conseguir concretizá-los. Figura - 9 o habitante responde sobre as condições de saneamento básico de sua moradia.

Tipos de Saneamento Básico

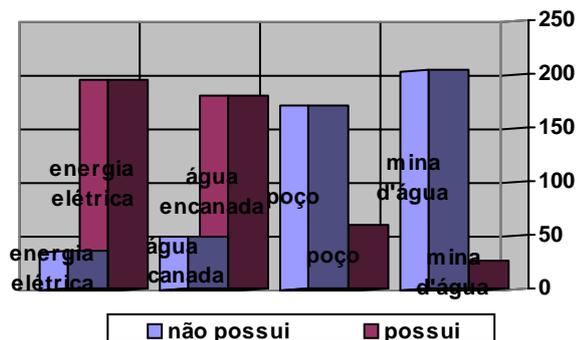


Figura: – 9 Fonte: – Pesquisa de Campo, 2006.

A respeito dos serviços, informações fornecidas pelos moradores mostram que (16%) dos entrevistados, não possuem abastecimento de água na residência, utilizando poços ou água de mina, (12%) não tem energia elétrica, utilizando-se de lampiões, lamparinas ou ainda “gatos”.

“Para cada 10 reais gastos em obras de saneamento, há uma economia anual de 6 reais gastos pelo governo em internações hospitalares. (...), um retrato contundente dos efeitos da falta de saneamento sobre a saúde e sobrevivência das populações pobres”. Projeto Moradia, 2000.

Figura – 10 representa o lazer da maioria dos moradores. As atividades de repouso ficam entre: visitar parentes, ir á igreja ou esmagadora porcentagem: assistir televisão percebe-se o quanto os meios de comunicação de massa são consumidos. Em escala menor o jornal e revista. “Pequena parcela da população, viaja, vai ao clube ou tem alguma atividade esportiva”.

Lazer dos Moradores

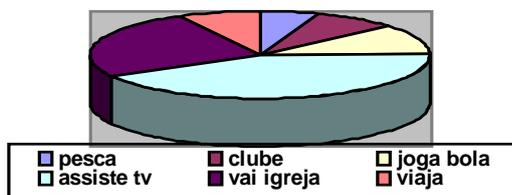


Figura: – 10 Fonte: – Pesquisa de Campo, 2006. Org. Santos, Gercina Maria.

“A cultura escolar e a cultura para massas são formações institucionalizadas pelo Estado e pela empresa com o fim de transmitir conhecimento ou preencher horas de lazer de uma fração ponderável da população brasileira. São organizações modernas e complexas que administram a produção e a circulação de bens simbólicos. O seu crescimento tem uma relação direta com o crescimento econômico do país: a sua mentalidade básica, também”. Bosi, (1992).

Considerações Finais

Através das informações provenientes dos questionários e observações no local, é possível afirmar que ocorre uma expansão das ocupações humanas em locais onde predominavam características naturais. Nas áreas de ocupações próximas a rua principal asfaltada José Pinto de Oliveira, que circula em volta dos morros há pessoas com um grau educacional mais elevado e uma maior renda. Nas porções afastadas, transversal a rua principal onde indicam ocupações recentes, sem pavimentação asfáltica às condições sociais e de ocupação são precárias, faltando saneamento básico, as residências geralmente são construídas nos finais de semana, a maioria sem acabamento habitadas por pessoas de baixa renda, pouca escolaridade e geralmente mais de três filhos.

Limitar a ocupação desta área é uma possibilidade para resolver o problema de degradação do meio, criar infra-estrutura adequada e disponibilizar serviços de saneamento é outra atitude urgente, de modo a garantir uma vida melhor as pessoas.

Se o planejamento é a causa, e nunca foi á solução de futuro melhor, para moradores de baixa renda, sendo que existe há décadas ou diversas gestões públicas, fica claro que não há e nunca houve vontade política para com a população de faixas de renda baixa. Ou que a comunidade local ainda não possui força política, portanto, sem poder de ação, para exigir a inclusão, sendo este o real papel da participação popular que trabalha e paga impostos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Wilson José, Diagnóstico Ambiental da Sub-Bacia do Rio Timbu – Campina Grande do Sul e Quatro Barras – PR (mestrado em Geografia), UNFPR, Curitiba, 2004.

BOSI, Alfredo, Dialética da Colonização, São Paulo, Cia de Letra, 1992.

DOS SANTOS, Gercina M, OLIVEIRA, Luiz C. de, Segregação Sócio-Ambiental na Vila Esperança, Maringá PR, (especialização em educação ambiental), ICE, Cuiabá, MT, 2003, 106 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Estimativa Populacional com Base no Censo 2000, p 2-3.

Plano Diretor de desenvolvimento integrado de São José dos Campos: um plano da cidade para a cidadania. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 1995.

CHAFFUN, Nelson, Dinâmica Global e Desafio Urbano, 1997, Studio Nobel, São Paulo.
PROJETO MORADIA, 2000, Instituto Cidadania, São Paulo, 60 p.